

FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DIANA RODRIGUES FRIGHETTO

**O POTENCIAL TURÍSTICO COMO ESTRATÉGIA ASCENDENTE DA ECONOMIA
DE CLEVELÂNDIA-PR: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL**

**CLEVELÂNDIA - PR
2023**

DIANA RODRIGUES FRIGHETTO

**O POTENCIAL TURÍSTICO COMO ESTRATÉGIA ASCENDENTE DA ECONOMIA
DE CLEVELÂNDIA-PR: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para aprovação no Curso
de administração da FAMA – Faculdade
Municipal de Educação e Meio Ambiente.
Orientador: Dr. Mário Sérgio Muniz Tagliari

**CLEVELÂNDIA - PR
2023**

DIANA RODRIGUES FRIGHETTO

**O POTENCIAL TURÍSTICO COMO ESTRATÉGIA ASCENDENTE DA ECONOMIA
DE CLEVELÂNDIA-PR: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação no curso de administração da FAMA – Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente.

Orientador: Dr. Mário Sérgio Muniz Tagliari

Clevelândia-PR, 20 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Sérgio Muniz Tagliari

Prof. Dra. Maralice Maschio

Prof. Dr. José Ricardo Campos Rocha

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu Senhor Jesus Cristo que está comigo em todo tempo e a mim por nunca ter desistido em meio a tantas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor Jesus Cristo por estar sempre ao meu lado, principalmente nos momentos em que cogitei desistir, além, é claro, por ter-me permitido cursar esta faculdade em específico e não a que eu desejava cursar, pois foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida.

Aos meus pais por sempre, em toda e qualquer circunstância, me incentivarem a continuar os estudos. Ao meu noivo e à minha amiga Vanessa por serem pacientes comigo e por me auxiliarem na correria acadêmica e do trabalho.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos meus queridos professores que não mediram esforços ao transmitirem seus conhecimentos. Muito obrigada.

“Buscai, assim, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua Justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas”.

(MAT. 6:33)

RESUMO

Todas as ações empreendidas no presente refletem nas gerações futuras, portanto, debates relacionados à sustentabilidade em tópicos que exercem influência direta sobre cada ser humano no contexto ambiental, são fundamentais. É o caso do turismo, que é uma atividade com relevância em diversas regiões. Com uma abordagem exploratória de cunho qualitativo, respaldada por pesquisa bibliográfica, o estudo procurou analisar o potencial turístico do município de Clevelândia – PR, verificando a viabilidade de desenvolver uma forma de turismo sustentável, propondo um itinerário potencial para os futuros turistas e destacando o estímulo esperado à economia local caso aplicado. Analisou-se as partes que constituem o atual cenário turístico em que se encontra o município: infraestrutura, pontos de visitação, rotas, Unidades de Conservação etc. Obtendo respostas aos questionamentos: o potencial turístico da cidade de Clevelândia – PR contribui para o cumprimento da Agenda 2030? É possível o “uso sustentável” dos Parques Naturais da cidade? O município pode ter sua economia fomentada pelo turismo? É viável a criação de Política Pública para promoção do turismo? Foi constatado que a cidade detém potencial ecoturístico, cultural e religioso, com retorno de investimento a longo prazo estimado em, aproximadamente, R\$ 20.000,00 a partir do 39º mês considerando um investimento de R\$ 1.000.000,00. Tal ação pode não ser compreendida, principalmente, pela comunidade local, tornando-se indispensável uma ação conjunta entre o poder público, iniciativa privada e sociedade para um planejamento e gestão eficiente, eficaz e consciente dos recursos turísticos disponíveis.

Palavras-chave: Economia; Paraná; Sustentabilidade; Turismo Sustentável; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

All actions undertaken in the present reflect on future generations, therefore, debates related to sustainability in topics that have a direct influence on each human being in the environmental context are fundamental. This is the case with tourism, which is an activity with relevance in several regions. Leaning on an exploratory approach of qualitative nature, supported by bibliographic research, the study sought to analyze the tourism potential of the municipality of Clevelândia-PR, verifying the feasibility of developing a form of sustainable tourism, proposing a potential itinerary for future tourists and also highlighting the expected boost to local economy once applied the tourism agenda. We have analyzed aspects of current tourist scene in Clevelândia: infrastructure, visitation points, routes, protected areas etc. Our research question aimed to answer how the touristic potential of Clevelândia contributes to 2030 Agenda's fulfillment? Is it possible to enjoy natural parks of the city in a sustainable way? Could local economy be strengthened by tourism? Is it possible to create public politics to promoting tourism? He have identified that city has ecotourism, culture and religious potentials, with a long-term profit estimated by, approximately, R\$ 20.000,00 by the 39th month of the very first investment of R\$ 1.000.000,00. That long-term action may not be understood by the local community, making joint action between public authorities, the private sector and society essential for efficient, effective and resource-conscious planning and management tours available.

Key words: Economy; Environment; Paraná; Protected Areas; Sustainability; Sustainable Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS

IAT	Instituto Água e Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGR	Instância de Governança Regional
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
FAMA	Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNM	Parques Naturais Municipais
TEF	Transferência Fiscal Ecológica
TIR	Taxa Interna de Retorno
UC	Unidade de Conservação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	15
FIGURA 02 - Regionalização turística do Paraná.....	20
FIGURA 03 - Análise SWOT do Turismo em Clevelândia – PR.....	36
FIGURA 04 - Sugestão de Plano Turístico em Clevelândia – PR.....	40

TABELAS

TABELA 01 - Estratégias de atuação do Programa Regionalização do Turismo.....	19
TABELA 02 - Variáveis para categorização dos municípios do Mapa do Turismo....	21
TABELA 03 - Caracterização das categorias a partir das variáveis.....	22
TABELA 04 - Valores de ICMS-Ecológico destinados à Clevelândia pelos PNM.....	31
TABELA 05 - Estimativa de gastos por turistas em Clevelândia.....	45
TABELA 06 - Estimativa de Retorno de Investimento.....	45
TABELA 07 - Resultado de Projeção de Retorno de Investimento.....	47

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Atrativos Turísticos por segmentos da IGR Vales do Iguaçu.....	33
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	162
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2.1 TIPO DE PESQUISA	13
2.2 FORMA DE COLETA DE DADOS	14
2.3 TRATAMENTO DOS DADOS	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	14
3.2 TURISMO	15
3.2.1 Ecoturismo	22
3.3 CONTEXTO HISTÓRICO: UM PAÍS MULTICULTURALISTA	24
3.3.1 Breve resumo	24
3.3.2 Região sul do país	25
3.4 MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, PARANÁ	26
3.4.1 Cultura	27
3.4.2 Aspectos socioeconômicos.....	27
3.4.3 Unidades de Conservação de Clevelândia	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.1 CLEVELÂNDIA NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.....	32
4.2 ANÁLISE SWOT	34
4.3 PLANO DE AÇÃO.....	38
4.3.1 Ecoturismo	38
4.3.2 Das disposições legais vigentes	41
4.4 ANÁLISE FINANCEIRA	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é visto como um país de diversidades em virtude da intensa migração ocorrida, especialmente, entre os anos de 1850 e 1930. Desde então, traços econômicos, culturais e de costumes/tradições são percebidos no cotidiano de cada região que se formou no decorrer de séculos. Em virtude disso, há muito o que se conhecer nas vastas regiões do país, possibilitado a partir do turismo, este que abrange diversificadas categorias (IBGE, 2023).

Apesar de cada região possuir suas particularidades, há algo em comum entre elas, por exemplo, a educação. A Lei nº 9.394 de 1996, em seu Art. 1º dispõe acerca da abrangência da educação, ou seja, a própria legislação afirma que toda a sociedade é responsável pela educação, a família, o convívio, o trabalho, as instituições de ensino, os movimentos sociais, organizações e até mesmo a cultura está vinculada na formação e desenvolvimento do educando. No entanto, é cada vez mais imperativo considerar que a discussão sobre o desenvolvimento e a formação humana deve estar intrinsecamente ligada ao conceito de 'sustentabilidade'. Neste contexto, todas as ações empreendidas no presente têm o potencial de afetar - de modo positivo ou negativo - as gerações vindouras. Portanto, é essencial enfatizar que debates que abordam a sustentabilidade, economia, emprego e outros tópicos que exercem influência direta sobre cada ser humano dentro do contexto ambiental, adquirem uma importância incontestável.

O Desenvolvimento Sustentável ganhou ênfase no ano de 1972, a partir da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, Suécia, a qual abordou a preocupação que surgia sobre a intensa degradação ambiental que ocorria no planeta e os eventuais impactos no futuro. Mais tarde, na Conferência “Eco 92”, também promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), sediada no Rio de Janeiro, chegou-se à conceituação de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, que busca atender as necessidades do presente sem comprometer a potencialidade das gerações futuras atenderem às suas demandas (GOMES et al., 2018).

Desde o ano de 1972, a “sustentabilidade” que atualmente falamos, foi tomando forma e no ano de 2015, a ONU, juntamente com os representantes de seus países membros, estabeleceram um plano global de 17 (dezessete) Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos até o ano de 2030, sendo

chamada de “Agenda 2030”. Segundo o exposto na carta publicada pela ONU, essa Agenda visa adotar medidas para “a geração de hoje e para as gerações futuras”, definindo-a como um “roteiro global para alcançar o desenvolvimento sustentável e superar as múltiplas crises que enfrentamos”.

Ao todo, são 169 metas, distribuídas ao longo dos 17 objetivos que envolvem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, divididas nos seguintes objetivos: (I) Erradicação da Pobreza; (II) Fome Zero e Agricultura Sustentável; (III) Saúde e Bem-Estar; (IV) Educação de Qualidade; (V) Igualdade de Gênero; (VI) Água Potável e Saneamento; (VII) Energia Acessível e Limpa; (VIII) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (IX) Indústria, Inovação e Infraestrutura; (X) Redução das Desigualdades; (XI) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (XII) Consumo e Produção Responsáveis; (XIII) Ação Contra a Mudança Global e do Clima; (XIV) Vida na Água; (XV) Vida Terrestre; (XVI) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; (XVII) Parcerias e Meios de Implementação (ONU, 2015).

Com uma abordagem exploratória (GIL, 2008) de natureza qualitativa (LAKATOS, 2004) e respaldada por uma pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 2017), o presente estudo procurou analisar o potencial turístico do município de Clevelândia, localizado no Estado do Paraná. O objetivo foi avaliar a viabilidade de desenvolver uma forma de turismo sustentável, que englobasse os atrativos potenciais de Clevelândia. Além disso, este estudo propôs um itinerário para os futuros turistas e explorou diversas estratégias para promover o turismo na região, destacando seus diversos benefícios, como o estímulo à economia local e sua contribuição para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030.

Para tanto, primeiramente, foi necessário analisar como um todo as partes que constituem o atual cenário turístico em que se encontra o município: estrutura, infraestrutura, pontos de visitação, rotas, atrativos naturais, entre outros. Buscou-se responder às seguintes problemáticas: É possível fazer o “uso sustentável” dos Parques Naturais da cidade? O município pode ter sua economia fomentada pelo turismo? É viável a criação de uma política pública voltada à promoção do turismo?

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa bibliográfica, não se trata de uma mera repetição do que já foi escrito sobre aquele determinado assunto, haja vista que há uma revisão bibliográfica com uma nova visão e forma de abordagem e tratamento. Segundo Lakatos (2017), ela “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos”.

Para Andrade (2010, p. 25, apud SOUSA 2021), a pesquisa bibliográfica:

É habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

De acordo com o escrito por Marion e colaboradores (2002, apud MURANETTO, et al. 2013), a pesquisa exploratória “é empregada em casos nos quais existe pouco conhecimento sobre determinado assunto e, geralmente, requer do pesquisador uma pesquisa de campo”. Normalmente, conforme explica Gil (2008), “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, com a finalidade de “buscar padrões, ideias ou hipóteses, em vez de testar ou confirmar uma hipótese” (COLLIS et al. 2005, apud MURANETTO, 2013).

Alinhado a isso, tem-se o método qualitativo que para Richardson (1999, apud LAKATOS, 2004):

Pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de característica ou comportamentos.

Para Menga (1986, apud LAKATOS, 2004), a pesquisa qualitativa “é o que se desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

2.2 FORMA DE COLETA DE DADOS

As pesquisas quanto ao tema ocorreram da seguinte forma: site oficial da Prefeitura Municipal de Clevelândia/PR e acervos físicos. Por meio de uma revisão de literatura não-exaustiva, utilizei a plataforma “Google Acadêmico” para o levantamento bibliográfico usando as palavras-chave: “meio ambiente”, “turismo”, “sustentabilidade” e “políticas públicas”.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Após a coleta dos dados bibliográficos, estes foram analisados, interpretados e expressos em tópicos e subtópicos. Ainda, foram elaboradas tabelas, figuras e gráficos para melhor facilitar a compreensão do leitor.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015, representantes de 193 (cento e noventa e três) Estados do mundo, membros da ONU, se reuniram em Nova Iorque – EUA e criaram o documento chamado “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nele, reconheceram que se enfrenta um cenário de grande dificuldade para se alcançar o desenvolvimento sustentável, especialmente, pela desigualdade e pobreza extrema.

Conforme escrito pela ONU na carta formulada em 2015, a Agenda 2030 é um plano de ações para o mundo, podendo ser aplicada em todos os países de acordo com suas realidades e necessidades específicas. Como dito inicialmente, possui 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais estão dispostos ao todo 169 (cento e sessenta e nove) metas para acabar com a pobreza e promover uma vida digna para todos prezando pela sustentabilidade. A Figura 01 resume os objetivos da Agenda 2030.

Figura 01 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



FONTE: DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO, 2023.

Esses objetivos estão conectados entre si, sendo assim, mesclam, de forma equilibrada, entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, além de que podem ser colocados em prática por governos, pela sociedade civil, setor privado e, inclusive, por cada cidadão comprometido com as gerações futuras.

3.2 TURISMO

A origem do turismo possui uma longa data, marcada por várias modificações e modernização no decorrer do tempo:

A própria palavra “turismo” tem a sua origem etimológica (Álvarez Sousa, 1994: 15) em “tour”, que era a viagem que nobres ingleses, alemães e outros realizavam pela França desde fins do século XVII. Um exemplo português é o caso do rei Dom Pedro V, que fez a rota inversa dos turistas ingleses, rumando a Londres (1854) e Paris (1855) para adquirir conhecimentos que lhe servissem mais tarde para a sua governação (Lowndes, 2003). Estas práticas sociais, definidas como “Grande Tour”, eram uma etapa da educação das classes mais poderosas, realizada em zonas rurais, orientais e meridionais europeias. Era esta a preparação para o trabalho na política, na diplomacia ou no mundo dos negócios (PÉREZ, p. 18, 2009).

Conforme explica Pérez (2009), a partir do século XIX, em virtude de vários cenários, o turismo passa a ser intensificando em toda Europa, abrindo espaço para o “turismo moderno” que:

Nos anos 1930 as reivindicações sindicais conquistam as férias pagas. O automóvel e o avião facilitarão ainda mais o impulso das viagens turísticas, contribuindo para a criação de rotas turísticas. Após a Segunda Guerra Mundial quase todas as classes sociais começam a praticar o turismo, democratizar-se-á o fenômeno, ao mesmo tempo que se passa de um turismo préindustrial para outro industrial. O turismo converte-se num bem económico ligado à indústria de serviços, controlada pelos “tour operadores”. O crescimento económico, a modernização dos meios de transporte, a urbanização, o pagamento das férias e a relativa estabilidade político-social dos países emissores e receptores serão alguns factores estruturais e causais do empurrão turístico.

O turismo deixa de ser algo exclusivo da burguesia da época, passando a fazer parte da vida dos trabalhadores. Atualmente, existem diversos autores que conceituam o turismo, por exemplo, o autor De La Torre (1992) citado por Baretto (2014) que o define como:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter relações de importância social, económica e cultural.

Campos (2016) traz os principais tipos de turismo como sendo: “Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, entre outros.”

Essa segmentação auxilia no planejamento e elaboração da roteirização turística do local:

A roteirização turística é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, a cooperação e o comprometimento entre os atores locais, ou seja, as pessoas envolvidas diretamente com o turismo (setor público, empresariado e comunidade local), solidificando os negócios, o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, como uma forma de integrar a oferta turística. Destacam-se como importantes valores socioculturais e ambientais: costumes, tradições, patrimônios históricos, natureza e tudo o que faz da localidade diferente e única.

Esses diversos tipos de turismo acarretam em uma mudança económica, pois há consumo de bens, gerando renda que pode ser mais relevante para as localidades

que são menos desenvolvidas, não dispendo de variadas atividades produtivas, como é o caso dos municípios com poucos habitantes. Assim, a diminuição das desigualdades de renda é um dos benefícios proporcionados pelo turismo (RABAHY, 2019). A renda, proporcionada pelo turismo, fomenta o crescimento local em que este está ocorrendo, mas para que haja o real desenvolvimento da localidade, conforme Buarque (2008, apud SCÓTOLO, 2014) é necessário:

Mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Nas palavras de Crisóstomo (2004) citado por Muller et al. (2011), está relacionando em diversos aspectos, podendo ser definido em um sistema da seguinte maneira:

- meio ambiente social; - meio ambiente econômico; - meio ambiente tecnológico; - meio ambiente político; - meio ambiente ecológico. O meio ambiente social engloba o processo sociológico, que envolve aspectos demográficos, desenvolvimento industrial e mobilização de grupos. O modo de vida do morador gera alterações no local, como poluição das águas, do ar, sonora e a degradação da natureza. O meio ambiente econômico caracteriza a receita individual ou familiar, o que possibilita o acesso ao turismo por parte de camadas sociais com menor poder econômico. O meio ambiente tecnológico diz respeito ao desenvolvimento técnico de aspectos como os meios de transporte disponíveis e também aos meios de comunicação existentes que estão disponíveis aos turistas. O meio ambiente político é caracterizado pelas leis, normas, decretos e resoluções que norteiam as ações do desenvolvimento turístico, determinando o grau de prioridade que ocupa o turismo na localidade. O meio ambiente ecológico, por sua vez, refere-se ao ramo das ciências que estuda as ações humanas e suas relações com o meio natural.

Como explicado anteriormente, cada vez mais, torna-se impossível falar em desenvolvimento ou formação de algo ou alguém se não vincular à “sustentabilidade”, não seria diferente com o turismo, concordante com o escrito por Silveira (1997, apud CAMPOS, 2016):

O turismo sustentável está fundamentado na sustentabilidade ecológica – protegendo a natureza e a diversidade ecológica pela capacidade de carga e adequado consumo dos recursos naturais; na sustentabilidade social – por meio do desenvolvimento estável, da melhor distribuição de renda e garantia dos direitos de cidadania; na sustentabilidade cultural – considerando a identidade e o modo de vida local e a participação

efetiva da população na formulação e implementação dos programas de desenvolvimento turístico; na sustentabilidade econômica – assegurando o crescimento econômico atual pelo manejo responsável dos recursos naturais que satisfarão as necessidades das gerações futuras; e na sustentabilidade espacial – por meio da distribuição adequada de equipamentos e serviços turísticos, pela capacidade de carga, assegurando a conservação ambiental e a qualidade dos serviços oferecidos aos turistas.

Além das cidades litorâneas, inúmeras outras cidades possuem sua economia pautada no turismo, na exploração sustentável de seus recursos culturais e geográficos: história, costumes, tradições, religião, clima, fauna, flora etc. A exemplo, tem-se a cidade de Ametista do Sul – RS, que possui em torno de 06 (seis) mil habitantes e avistou o potencial de sua principal atividade econômica (mineração) transformada em um atrativo turístico (PRANDI, 2023).

No Brasil, existem diversos órgãos, departamentos, secretarias e conselhos que prestam auxílio e regem as normas do turismo no país, compondo o chamado Sistema Nacional de Turismo, tendo como parte central, o Ministério do Turismo. Ambos regulamentados pela Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008, que em seu Art. 3º, § único e Art. 8º, estabelece o seguinte:

Art. 3º Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional. Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Turismo, composto pelos seguintes órgãos e entidades: I - Ministério do Turismo; II - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo; III - Conselho Nacional de Turismo; e IV - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. § 1º Poderão ainda integrar o Sistema: I - os fóruns e conselhos estaduais de turismo; II - os órgãos estaduais de turismo; e III - as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

De acordo com o Governo Federal, o Ministério do Turismo (MTur):

Tem o papel de elevar o turismo à condição de importante vetor de desenvolvimento econômico e social do país. Por meio da qualificação no turismo, a Pasta busca a geração de empregos, a contribuição para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, a promoção da inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e a melhor distribuição de renda.

Para tanto, o MTur utiliza uma espécie de “ferramenta de gestão” que “filtra” as regiões turísticas do país: Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, para receberem incentivos do Ministério do Turismo ao desenvolverem políticas públicas, chamado de “Mapa do Turismo Brasileiro”.

Em virtude da tamanha extensão do país, o MTur criou o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, que possui as seguintes estratégias de atuação (Tabela 01):

Tabela 01 – Estratégias de atuação do Programa Regionalização do Turismo

Mapeamento	Define o território a ser trabalhado. O Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo.
Categorização	Divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo.
Formação	Dispõe a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo.
Fomento à regionalização	Prevê o apoio financeiro do MTur aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos.
Comunicação	Engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do Programa, facilitando a integração das ações em prol do desenvolvimento do turismo.
Monitoramento	Étapa que avalia a evolução do Programa e garante eventuais correções de rumo.

FONTE: MTur, 2023 (adaptado).

Esse programa estabeleceu a chamada “Instância de Governança Regional (IGR)”. No material denominado “Institucionalização da Instância de Governança Regional”, publicado pelo MTur em 2007, encontrou-se que a IGR é “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional”. As IGR’s de acordo com esse mesmo documento:

Passam a ser responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística. Devem participar, também, nas decisões políticas, econômicas e sociais no âmbito regional.

Uma matéria divulgada pela Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná, explica brevemente sobre o que se refere às IGR’s na prática:

As Instâncias de Governança Regionais unem representantes turísticos de determinadas regiões. Todas elas contam com Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo Regional. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão

regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios.

Em outras palavras, cada região é dividida de acordo com sua peculiaridade em comum, por exemplo, cidades próximas uma da outra possuem sua história e cultura mais parecidas e vinculadas do que com uma mais distante, mesmo que seja no mesmo Estado. No Paraná, ficou estabelecido a regionalização exposta na Figura 02.

Figura 02 – Regionalização turística do Paraná



FONTE: PEREIRA, 2022.

Ao todo, 24 (vinte e quatro) municípios fazem parte da IGR Vales do Iguaçu, inclusive, Clevelândia – PR. De acordo uma matéria escrita por Pereira (2022), a região da Vales:

Apresenta forte influência das culturas italiana e alemã e é marcada por agroindústrias, reservas de araucárias, clima frio e pelas represas do rio Iguaçu, formando lagos propícios para o lazer e esportes náuticos. É privilegiada, ainda, por reservas indígenas, fontes de água hidrotermal – como as de Verê e Sulina – e pelo cultivo da uva, responsável pela presença de vinícolas e festas gastronômicas. Capanema e Salgado Filho são destaques na produção de queijos e embutidos, e, Francisco Beltrão e Pato Branco pelas inúmeras indústrias alimentícias, negócios de inovação e tecnologia e eventos agroindustriais. Além das hidrelétricas, no rio Iguaçu em seu trecho no município de Capanema, atividades de aventura e eventos estão disponibilizadas no famoso Parque Nacional do Iguaçu. Destacam-se também os campos de Palmas com as usinas eólicas e o Marco Divisório entre Paraná, Santa Catarina e Argentina, em Barracão.

Seguindo a Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021, para auxiliar ainda mais na identificação de desempenho da economia dos municípios que fazem parte das regiões turísticas do Mapa, utiliza-se o instrumento de categorização: A, B, C, D e E. O mecanismo segue algumas variáveis de medição, resumidas na Tabela 02.

Tabela 02 – Variáveis para categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro

Variável	Fonte da coleta
Número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem	Relação anual de informações sociais (RAIS)/ Ministério do Trabalho e Emprego
Número de empregos formais no setor de hospedagem	
Estimativa de turistas a partir do estudo de demanda doméstica	Estimativa da demanda doméstica - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/MTur
Estimativa de turistas a partir do estudo de demanda internacional	Estudo da Demanda Internacional FIPE/MTur

FONTE: MTur, 2017 (adaptado).

A partir dessas variáveis, chega-se à divisão das categorias A, B, C, D e E. Na categoria A, encontram-se as capitais e cidades que possuem maior fluxo turístico, maior número estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem e assim sucessivamente nas demais, até chegar na E que zera todas as variáveis da Tabela 02. Durante a análise, agrupam-se os municípios que apresentam arrecadações parecidas, a Tabela 03 exemplifica os valores médios arrecadados por cada um dos municípios em suas referidas categorias.

Tabela 03 – Caracterização das categorias a partir das variáveis

CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS A PARTIR DAS VARIÁVEIS							
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor Médio (não padronizado)				
			Quant. De empregos formais de hospedagem	Quant. De estabelecimento formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos	Arrecadação nos estabelecimentos de hospedagem
A	62	2.30%	2.267	123	133.973	1.580.039	R\$ 40.357.359,91
B	257	9.54%	277	25	5.810	168.844	R\$ 2.843.975,05
C	476	17.67%	58	8	746	41.853	R\$ 518.588,76
D	1522	56.50%	8	2	144	7.027	R\$ 67.587,08
E	377	13.99%	0	0	0	0	0

FONTE: MTur, 2019 (adaptado)

Atualmente, Clevelândia-PR encontra-se na Categoria D, que continha 1522 municípios quando tabulado em 2019. Esse grupo emprega formalmente em média 08 (oito) pessoas dispostas em 02 (dois) estabelecimentos de hotelaria, recebendo em

média 7.027 (sete mil e vinte e sete) turistas, arrecadando aproximadamente R\$ 67.587,00 (sessenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais) com hospedagem.

O Mapa do Turismo Brasileiro é atualizado a cada 02 (dois) anos, incluindo novas cidades e/ou excluindo as que porventura deixaram de cumprir os critérios estabelecidos inicialmente ao ingressar no referido mapa. Para que os municípios subam de categoria, é necessário se aproximar dos valores médios do agrupamento para o qual deseja subir, por exemplo, se Clevelândia quiser subir o grupo C, deverá aumentar o emprego no setor de hospedagem para próximo dos 58 (cinquenta e oito) colaboradores e assim por diante nas demais variáveis.

3.2.1 Ecoturismo

Assim como em todos os setores, o turismo tem buscado alternativas sustentáveis para desempenhar suas atividades. As terminologias Ecoturismo e Turismo Sustentável são diferentes. Turismo Sustentável, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), refere-se às práticas que devem ser aplicadas em todos os tipos de turismo, relacionado as necessidades dos turistas e das localidades receptoras, de modo a proteger e fortalecer as oportunidades para o futuro. Já o Ecoturismo, é o segmento do turismo que pode ser definido como sendo “uma forma de ecodesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e econômicas para todos os países, e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo” (CEBALHOSLASCURAIN, 1993 apud PIRES, 1998). Ou ainda, sob a perspectiva desse mesmo autor:

Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza - juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir -, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento sócio-econômico ativo das populações locais.

Em complemento, HEALY (1994) citado por PIRES (1998), traz que:

O turismo desenvolvido junto aos parques e reservas do mundo inteiro é frequentemente chamado de “ecoturismo”. Esta palavra descreve tanto a motivação dos turistas em visitar ecossistemas naturais, como as expectativas de benefícios para a conservação gerados a partir desta atividade. Ecoturismo pode ser definido como o turismo na natureza que contribui para a conservação através da geração de fundos para as áreas protegidas, criando oportunidades de trabalho para as

comunidades locais e oferecendo educação ambiental. Ao promover estes objetivos, os impactos negativos da degradação ambiental, instabilidade econômica e os impactos socioculturais podem ser minimizadas.

Posto isso, cada vez mais, cresce o interesse em estabelecer o turismo em Unidades de Conservação, pois estas tendem a apresentar atributos suficientes para a prática do turismo, e, especialmente, do ecoturismo. Visualizando a possibilidade de usufruir de trilhas, banhos em praias, rios e cachoeiras (LOPES, 2014).

A Lei nº 9.885 de 18 de julho de 2000, especificamente no Art. 2º, inciso I e II, estabelece acerca das Unidades de Conservação que:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

De acordo com o encontrado no manual intitulado “ECOTURISMO: Orientações Básicas”, publicado pelo MTur, algumas atividades que podem ser realizadas no âmbito do segmento de Ecoturismo, tais como: observação de fauna e flora; observação de formações geológicas; caminhadas; trilhas; safáris fotográficos. Ou ainda, outros programas que são mais característicos de outros tipos de turismo, mas que podem ser inseridos no ecoturismo, o mesmo manual traz como exemplo:

Visita a comunidades anfitriãs, que permite a interação ou acompanhamento de atividades cotidianas ou eventos tradicionais de comunidades locais, como forma de valorização do ambiente natural e cultural dessas comunidades e de oportunidade de geração de renda extra às iniciativas sociais comunitárias, por meio do Ecoturismo; Visitas a sítios arqueológicos inseridos em ambientes naturais, unidades de conservação ou próximos a comunidades; Acampamentos realizados em áreas naturais públicas ou privadas, com equipamentos especializados; Visita de instituições de ensino em ambientes naturais para atividades de cunho educativo que auxiliam no processo ensino-aprendizagem. É um recurso motivador de aprendizagem, capaz de auxiliar na formação dos alunos - reforçando conceitos como o de cidadania, consciência ambiental e patrimonial – e de fornecer experiências de vida em grupo.

3.3 CONTEXTO HISTÓRICO: UM PAÍS MULTICULTURALISTA

3.3.1 Breve resumo

De modo geral, pode-se dizer que o povo brasileiro é oriundo de três etnias: indígena, europeia e africana (FAUSTO, 2006). Baseado no escrito por Perondi, Almeida e Cavalheiro (2018), inicialmente, a população brasileira formou-se por uma miscigenação de indígenas, que já habitavam a terra que hoje chamamos de Brasil. Posteriormente, a miscigenação se deu com a chegada dos colonizadores portugueses e, em seguida, de escravos majoritariamente oriundos do continente africano. Mais tarde, outros povos vieram para o Brasil e acabaram contribuindo para a formação da população brasileira.

Estudos realizados ao longo dos anos, por exemplo, a respeito das sociedades pré-colombianas e as espécies de plantas domesticadas por estes, comprovam que o território brasileiro já possuía características de *sociobiodiversidade* antes de 1500. Aqui, habitavam etnias que se diferenciavam por suas línguas, viviam em aldeias autossuficientes e tinham a herança como parte importantíssima de sua formação/vida, mas com a chegada dos portugueses, esses grupos indígenas foram sendo dizimados por doenças trazidas e pela escravização, com isso, muitas etnias foram erradicadas.

Apesar disso, as características particulares dessas povoações deixaram marcas para a formação do Brasil que hoje é definido como um país multicultural, pois traços históricos dão origem humanamente e biologicamente, conforme trecho retirado do material escrito por Levis et al. (2017):

A família linguística Arawak provavelmente se originou no sudoeste da Amazônia e se expandiu por toda a Amazônia associada ao desenvolvimento inicial de aldeias agrícolas. O alto rio Madeira é a pátria da família linguística Tupí, que também se difundiu amplamente. No sudoeste da Amazônia, a combinação de sazonalidade das chuvas, transição floresta-savana, alta diversidade cultural e uma longa história de transformação florestal abrangendo engenharia paisagística por sociedades pré-colombianas resultou em florestas contendo conjuntos diversificados e abundantes de espécies domesticadas... Resultados sugerem que as espécies de plantas que responderam bem à seleção e propagação foram amplamente cultivadas e dispersas dentro e fora de sua área de distribuição natural por diferentes sociedades e em diferentes momentos no tempo. A influência das sociedades indígenas e não indígenas modernas nos últimos 300 anos na distribuição de algumas espécies domesticadas pode ser mais forte do que o efeito das sociedades anteriores. Por exemplo, no final do século XVII, Portugal e Espanha estimularam as plantações de cacauzeiros na Amazônia, o que – associado ao cultivo

pré-colombiano – pode ter aumentado ainda mais a abundância de cacauzeiros nas florestas do sudoeste da Amazônia.

Ainda de acordo com o encontrado na obra publicada por Fausto (2006), os negros foram trazidos à força de vários países da África e obrigados a trabalhar como escravos, foram separados de suas etnias, para evitar que sua rica diversidade linguística e cultural fosse preservada. Todavia, ainda assim, grande parte de nossa herança cultural provém desses povos, já que ficaram com a tarefa de construir o país com seu trabalho.

Em síntese, Fausto (2006) traz que a colonização oficial iniciou em 1530, onde portugueses e espanhóis puderam fazer a partilha do mundo por decreto da igreja católica. Nesse momento, descobriu-se no Brasil, por exemplo, o famoso pau-brasil que possuía uma tintura extremamente cobiçada pelos europeus. Portanto, coube aos índios encontrar, cortar e carregar até ao navio e em troca recebiam especiarias como facas e espelhos. Diante deste cenário, ocorre a miscigenação do branco com índios e negros, que dá origem àqueles que necessitavam de uma nova identidade étnico – social, que não fosse europeu, africano e nem indígena, logo, brasileiros.

3.3.2 Região sul do país

A região sul do Brasil é formada pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A colonização nessa região, ocorreu fortemente por europeus, sendo que nas colônias do Paraná, por volta de 1948, prevaleceram imigrantes ucranianos e poloneses e nos outros dois estados, italianos e alemães. De 1920 até meados de 1960 ocorreu fortemente a migração dos Estados brasileiros para o Paraná, onde em 1940, pela chamada “frente sulista”, o sudoeste e oeste do Estado paranaense começa a ser colonizado por povos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seguido, principalmente, de povoações migratórias de São Paulo. Posteriormente a isso, ocorre a corrente migratória entre as regiões do próprio Paraná. Esses imigrantes contribuíram também para a formação de uma economia que dá identidade à região (BRISKIEVICZ, 2012).

Os imigrantes europeus, ao chegarem no sul brasileiro, perceberam que não seria lucrativo desenvolver uma economia baseada na produção de café e cana-de-açúcar, assim como as demais regiões do país, pois o clima subtropical não favorecia este cultivo. Então, o trabalho econômico se deu por meio da organização de propriedades que praticavam a policultura com a utilização do trabalho familiar que se

concentrava em explorar os recursos naturais, especialmente na extração de madeiras para produção de erva-mate (BRISKIEVICZ, 2012).

Apesar do sul ocupar uma pequena porção com relação às outras regiões do Brasil, ele é muito influente na economia do país, sendo a quinta maior (IBGE, 2023). Até hoje, destaca-se pelo setor de agropecuária e indústria, porém não há nada que impeça o avanço da região sul em outro setor de fomento para a economia como, por exemplo, no turismo ecológico.

3.4 MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, PARANÁ

Além de conhecer a história do país, estado, região e cidade que está inserido, é imprescindível conhecer o território clevelandense e sua vasta história.

O município encontra-se localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, com uma área territorial de 701,966 km², conforme dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) de 2020. No entanto, o território de Clevelândia já foi bastante extenso:

Se estendia desde seus limites com Palmas até Capanema, hoje, está situado na região de Palmas, que historicamente, foi percorrida pelos sertanistas à procura de um caminho que melhorasse a vazão do comércio de tropas pelos idos de 1839. Primitivamente habitada por indígenas e posteriormente por colônias militares, que foram criadas para defesa do território brasileiro de argentinos e paraguaios, Clevelândia teve origem em um alojamento provisório de soldados que com o tempo foi se transformando em habitações definitivas (IBGE, 2023).

Desmembrada da cidade de Palmas/PR, oficialmente, em 28 de junho de 1982, sendo atualmente composta pelos distritos administrativos de Coronel Firmino Martins e São Francisco de Sales.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2021, a estimativa é de que haja cerca de 16.344 (dezesesseis mil trezentos e quarenta e quatro mil) munícipes, sendo que esta quantidade é flutuante, tendo em vista que o número aumenta em épocas de colheita de feijão, erva-mate e pinhão. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que outras pessoas vêm para o município neste período, há residentes que se deslocam todos os dias para cidades vizinhas.

Dessa população, aproximadamente 500 famílias residem fora da área urbana, em assentamentos e fazendas. Além disso, apesar de existirem famílias em vulnerabilidade, é inexistente pessoas que residam nas ruas/desabrigados. Desses

valores, totaliza-se aproximadamente 14.758 mil clevelandenses residindo na área urbana e 2.482 mil na área rural. Destes, a população indígena é de aproximadamente 76 indígenas, quantidade esta que varia conforme a migração dessa população para outros municípios. Ademais, dados do censo de 2017, mostram que a expectativa de vida ao nascer da população de Clevelândia é de 73 anos de idade.

3.4.1 Cultura

Como mencionado anteriormente, a população do Brasil possui diversas povoações, logo, dispõe de múltiplas culturas e costumes. A região clevelandense também possui suas particularidades culturais, que foram reforçadas a partir do momento que o município passou a figurar no Mapa do Turismo Brasileiro em 2022. O povoamento do município é composto por italianos, alemães, portugueses, turcos, poloneses, japoneses, afrodescendentes e mestiços, além dos nativos e indígenas da etnia caingangue.

A cultura da cidade é voltada ao tropeirismo e ao caingangue. No primeiro, era comemorado através de festas e eventos, já no segundo, havia o museu denominado "Museu de Arte Indígena (MAI)", que continha um acervo com as relíquias características daquele povo, mas desde o ano de 2016 encontra-se sob exposição em Curitiba/PR. Outro museu que existia no município era o chamado "Museu Grover Cleveland", não havendo detalhes sobre este. No entanto, ambos foram sendo "esquecidos" ao longo dos anos, assim como as comemorações diminuíram e o museus se extinguíram e/ou passaram a ser restritos. O motivo? Ninguém realmente sabe, mas fatores como falta de valorização por parte das gestões através de políticas públicas, foram um dos quesitos responsáveis.

No decorrer de todo o ano, costumeiramente, há muitas festividades alusivas a datas comemorativas do calendário do país e também as relacionadas ao município como, por exemplo, "Festa de São Sebastião", "Baile do Hawaii", "Festa de Emancipação Político - Administrativa", "Semana da Pátria", entre diversas outras.

3.4.2 Aspectos socioeconômicos

Com base nas informações disponibilizadas pelo IBGE (2023), dentre as principais atividades desenvolvidas em Clevelândia, destaca-se a agropecuária sendo responsável por 36,9% do PIB municipal e a pecuária para consumo local. No ano de

2019, o total do PIB (Produto Interno Bruto) per capita foi de R\$ 31.042,35 (trinta e um mil e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Já no ano de 2020 marcou um PIB de R\$ 597 milhões, subindo a estimativa per capita para R\$ 36.271,28 (trinta e seis mil duzentos e setenta e um reais com vinte e oito centavos). Em contraponto, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,694 em 2010.

Somente no ano de 2015, o percentual de rendas oriundas de fontes externas correspondeu a 84,3% da renda. Grande parte desse número ocorre em virtude dos municípios precisarem buscar seu sustento em cidades vizinhas, pois não há emprego suficiente e/ou digno para todos.

Conforme o caderno estatístico do IPARDES, disponibilizado em 2020, três atividades econômicas se destacam no município com maior número de pessoas exercendo tal labor, são eles: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, empregando aproximadamente 1.795 clevelandenses. A indústria de transformação com 1.335 pessoas empregadas (destes 402 do setor madeireiro) e o Comércio com 1.218. Ao todo, são apenas 7.809 pessoas ativas exercendo as atividades econômicas, seja no município e/ou fora, de uma população com mais de 16 mil habitantes.

Em resumo, segundo dados estatísticos divulgados pelo site de pesquisa Caravela, escrito por Reichert et al. (2023), “de janeiro a maio de 2022, foram registradas 822 admissões formais e 588 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 234 novos trabalhadores”. Vejamos outras informações sobre trabalho e renda de 2020:

Em 2020, o salário médio mensal era de 2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.4%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 207 de 399 e 243 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2040 de 5570 e 1946 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 108 de 399 dentre as cidades do estado e na posição 3293 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2023).

Apesar de ter tido um saldo positivo de emprego nesse período, ainda são poucas as condições de trabalho para a população.

Na questão turismo, ainda em conformidade com IPARDES, datado de 2020, Clevelândia possui apenas uma Transportadora Turística cadastrada no CADASTUR. Em atividades características do turismo, tem 02 alojamentos; 29 locais para

alimentação; 02 transportes terrestres; 02 agências de viagem (Unesul e Reunidas) e para cultura e lazer possui 05 locais, os quais não possuem atividades recorrentes.

Vale ressaltar que o município passou a deter grande potencial econômico há aproximadamente 06 (seis) anos, a partir da criação da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), juntamente com a qual passou-se a responsabilidade de gestão de três Unidades de Conservação – Parques Naturais Municipais (PNM) em 2021. Os três PNM estão inscritos no mecanismo de incentivo ecológico ICMS-Ecológico desde 2015, contribuindo para a arrecadação de tributos ao município graças à manutenção das áreas supracitadas.

3.4.3 Unidades de Conservação de Clevelândia

O município de Clevelândia possui três Unidades de Proteção Integral, chamados Parques Naturais Municipais (PNM), a primeira é a unidade Antônio Sansão Pacheco, estabelecida pelo Decreto nº 192/2014, a segunda é o Tamarino de Ávila e Silva surgiu a partir do Decreto nº 277/2016 e por fim, a unidade Mozart Rocha Loures que é a maior Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral do Município criada pelo Decreto nº 059/2014 e posteriormente ampliado pelo Decreto nº 276/2016.

Ademais, o município de Clevelândia destaca-se por ter a primeira e única Faculdade Municipal, totalmente gratuita, mantida pelo ICMS-Ecológico estadual advindo da conservação dos Parques Naturais Municipais, que com o Decreto Municipal nº 105/2021, de 24 de março de 2021, a FAMA assumiu a Gestão das Unidades de Conservação Municipais, contribuindo para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos das três Unidades de Conservação.

Segundo o publicado pelo Instituto Água e Terra (IAT), o ICMS-Ecológico:

É um remanejamento de receita tributária, com base na proteção ambiental, que um determinado Município aplica no seu território". Portanto, o valor recebido pelos Municípios por ICMS Ecológico dependerá do seu próprio comprometimento com a preservação das suas unidades de conservação e mananciais.

Ruggiero et al. (2022) esclarece que a chamada Transferência Fiscal Ecológica (TEF), ou no caso ICMS-Ecológico, está sendo cada vez mais adotada pelo mundo. No Brasil, até o ano de 2017, apenas os Estados Amazonas, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe ainda não instituíram o ICMS-Ecológico (MARQUES et al., 2017).

Inicialmente foi aderido pelo Paraná que:

Apresenta a maior parte do seu território inserido no Bioma Mata Atlântica. O Estado sempre esteve na vanguarda quanto ao desenvolvimento das políticas públicas voltadas às questões ambientais, contando com vários dispositivos legais voltados para a preservação e conservação de áreas com relevante interesse ecológico. Uma das políticas públicas é o ICMS Ecológico, criado pioneiramente no Paraná, essa ferramenta contribui para a conservação da biodiversidade em razão de repasses do Estado para Municípios que tenham ou passem a ter Unidades de Conservação, avaliadas quantitativa e qualitativamente (SANTOS et al., 2021).

Conforme dados publicados no Portal da Transparência do IAT, referente a captação de recursos desde 2015 até o presente, foi possível estimar os valores já repassados e a serem repassados à Clevelândia até final de 2023 (Tabela 04) exposta a seguir. Percebe-se que os valores aumentaram significativamente desde 2021, possivelmente pelos esforços conjuntos de gestão das Unidades de Conservação junto à Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente.

Ressalta-se que a partir do valor recebido de janeiro até agosto de 2023, pode-se calcular a média mensal (R\$ 310.883,55), obtendo uma previsão para o ano de 2023 equivalente a R\$ 3.730.602,67,00.

Tabela 04 – Valores de ICMS-Ecológico destinados à Clevelândia pela manutenção dos três Parques Naturais Municipais

Ano	Valor de Referência (Nota da Unidade de Conservação)	ICMS-E (R\$)
2015	0,37	937.978,00
2016	0,68	2.208.592,54
2017	0,99	3.611.564,99
2018	0,74	2.837.654,16
2019	0,74	2.895.743,36
2020	0,74	2.891.373,42
2021	0,46	2.240.057,14
2022	0,62	3.203.814,45
2023*	0,72	2.487.068,45
2024	0,68**	NA

FONTE: Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA. Disponível em: <https://famapr.edu.br/gestao-dos-parques-ambientais/>.

* Valor recebido entre Janeiro até agosto de 2023 (média mensal = R\$ 310.883,55 | previsão para o ano de 2023 = R\$ 3.730.602,67,00).

** Valor de Referência provisório calculado pelo IAT conforme as Tábuas de

O IAT esclarece em seu site que “5% referem-se ao ICMS-Ecológico, proporcionalmente às Unidades de Conservação em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de abastecimento, qualidade da água captada e outros fatores.” Em outras palavras, o valor anual pode ser aumentado ou reduzido, depende do trabalho que é realizado no local de conservação, das condições que ele se encontra, não basta somente ter a área.

Entre as Unidades de Conservação municipais citadas, o Parque Natural Municipal Mozart Rocha Loures representa o maior remanescente florestal em extensão da sua categoria no município, o que o torna importante ecologicamente e economicamente, pois compreende a zona de transição entre a Floresta Araucária e Campo Natural.

Para melhor compreensão do leitor, é de grande valia citar o trabalho de manejo que vem sendo realizado nas unidades entre a FAMA, Prefeitura Municipal e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, além de parcerias institucionais com outras Universidades da região. Abaixo, tem-se uma parte de extrema relevância que foi retirada do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Mozart Rocha Loures (2021):

O Município de Clevelândia teve o extrativismo como base da sua economia local e ele ainda é bastante presente nas atividades econômicas. Porém, da mesma forma, a crescente preocupação mundial em relação às questões ambientais também estão cada vez mais presentes e são constantemente discutidas, e vem ganhando espaço. Os pequenos municípios têm limitações orçamentárias, e, portanto, movimentar a economia e aliá-la a conservação ambiental se torna um desafio ainda maior. Nesse sentido, o ICMS Ecológico é uma ferramenta de política pública muito interessante, visto que o impacto orçamentário que ele causa, nesses casos, pode fazer a diferença. A UCs Municipais proporciona não somente a Conservação destes remanescentes florestais com alto valor biológico, mas também, trazem uma nova fonte de recursos para investimento no Município, aliando duas questões de peso, economia e preservação. A criação das UCs propiciou a fundação e manutenção da Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente – FAMA, que é o ponto chave para o desenvolvimento e crescimento de qualquer comunidade próspera: fornecimento de Educação, de forma gratuita, acessível a todos, e ainda enobrecida, por ser oportunizada através da Conservação do Meio Ambiente. Ferramentas de política pública como esta são benéficas em todos os sentidos, visto que é socialmente estratégica, economicamente atrativa e ambientalmente relevante, e neste sentido, Clevelândia sob esta perspectiva, permeia novos horizontes de desenvolvimento.

Nesse sentido, permeando novos horizontes de desenvolvimento, avista-se uma grande oportunidade de crescimento municipal e, conseqüentemente, da sociedade de Clevelândia e do Estado do Paraná, a partir da elaboração de uma nova atividade 100%

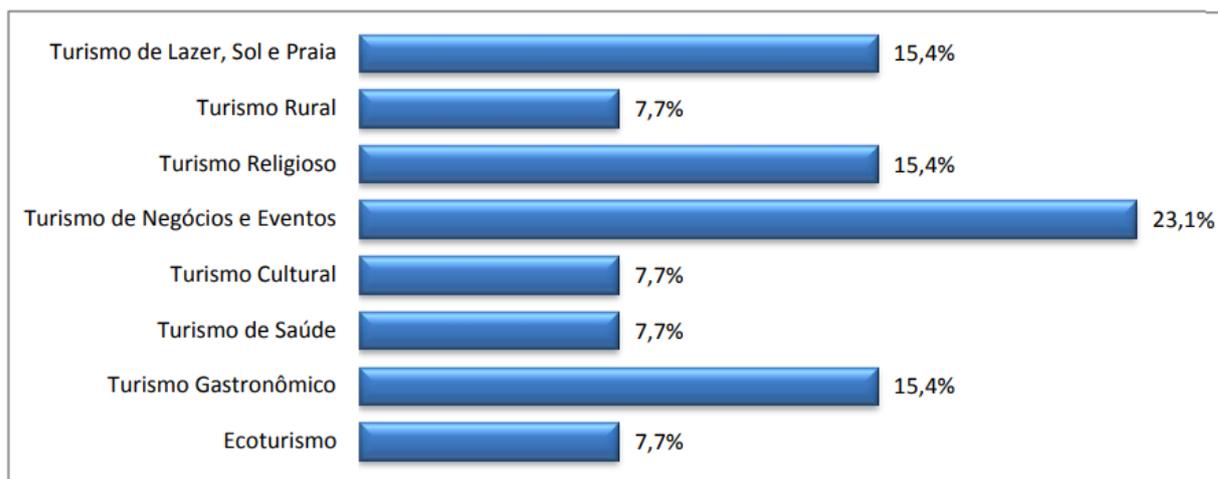
sustentável. Esta que irá gerar novos empregos, renda, fomentar a economia local e implementar algo novo para os municípios e região. Essa ação envolve o Turismo a partir dos Parques Naturais Municipais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CLEVELÂNDIA NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

Explicado anteriormente, o Mapa do Turismo Brasileiro foi criado como instrumento para auxiliar o MTur a recortar áreas a serem trabalhadas prioritariamente em questões de políticas públicas ao turismo. Para ingressar, segue-se os critérios estabelecidos na Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Recentemente, Clevelândia passou a fazer parte do mapa, inicialmente pela categoria “D”, pertencendo a Instância de Governança Regional “Vales do Iguaçu”, a qual possui atrativos em vários segmentos, destacados conforme Gráfico 01.

Gráfico 01 – Atrativos Turísticos por segmentos da IGR Vales do Iguaçu



FONTE: Paraná Turismo (PRTUR), 2014.

Ao longo da elaboração do presente trabalho, verificou-se que Clevelândia detém não somente o potencial de ecoturismo, mas religioso e cultural, o que contribui ainda mais para o fomento da economia local, em virtude da abrangência desse segmento na cidade.

Apesar disso, muitos são os desafios e trabalhos a serem encetados até chegar numa economia respaldada por esse setor. Por este motivo, a iniciativa deve ocorrer por parte do Poder Público, desenvolvendo leis, normas, decretos e resoluções que

norteiem o desenvolvimento turístico, estabelecendo o grau de prioridade dessa prática na cidade, para somente então, começar a mobilizar grupos em prol deste. É nesse cenário que estar inserido no Mapa do Turismo Brasileiro torna-se um importante passo para o início da prática turística, pois ele fornece apoio a projetos e ações por meio de transferências voluntárias de recursos, o que é extremamente relevante, especialmente para municípios como Clevelândia, que possui muitos atrativos ainda pouco conhecidos.

Diferente do que se pensa, estar na categoria “D” não é algo “ruim”, é onde encontra-se a maior parte das cidades do mapa, aproximadamente 1554, para 452 na “C”, 498 “B” e 121 na “A”. Destaca-se em cada categoria algumas características, por exemplo, na “D”, é onde estão os municípios que possuem uma população consideravelmente pequena, com atrativos pouco conhecidos, logo, que dispõe de poucos serviços/arrecadação de hotelaria (principal variável da categorização). Do contrário, na “A” estão as capitais e locais com elevado número populacional, conseqüentemente, de hotelaria, como é o caso de Foz do Iguaçu – PR que além de ter grande número habitantes, dispõe de pontos turísticos que são conhecidos internacionalmente.

As categorias não são o único critério utilizado pelo MTur para priorizar o incentivo financeiro, também levam-se em consideração outros dados, tais como: se o município possui patrimônio natural ou cultural; inventário da oferta turística; plano de marketing; plano de desenvolvimento; roteiros turísticos consolidados; se existe instância de governança, entre outros. Em conjunto à categorização, cada município é visto de acordo com suas especificidades, proporcionando estruturação dos pontos pouco conhecidos e subir de grau significa, em breves palavras, que os projetos têm dado certo e a economia tem aumentado, em virtude dos atrativos estarem ganhando espaço e sendo explorados pelos turistas.

Para tanto, apesar de serem critérios complementares, é importante que os dados supracitados sejam cumpridos, pois ao fazê-los significa que está ocorrendo um planejamento/trabalho em prol do turismo, aumentando suas chances de contemplação em programas e projetos.

Clevelândia ingressou no mapa em 2022 e precisa usufruir/fazer muitos aperfeiçoamentos. De acordo com o Relatório de Atividades Turísticas emitido no site do Mapa do Turismo Brasileiro, a cidade ainda não possui: legislação que trate exclusivamente sobre turismo ou plano municipal de turismo (apenas a Lei 2751/2021

sobre a criação do Conselho de Turismo); outras parcerias, redes de cooperação para desenvolvimento do turismo; programas, projetos e ações sobre a atividade turística (além da IGR); fundo municipal destinado ao turismo.

A Análise de Indicadores do Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (SISMapa), realizado por dados amostrais para o exercício de categorização e publicado no ano de 2022, durante a atualização do Mapa (que ocorre a cada dois anos), estimou que Clevelândia recebeu entre o ano de 2019 à 2022 ao todo 13.687 visitantes, uma média de 6.500 visitantes por ano. O relatório, citado anteriormente, mostrou que Clevelândia já conta com receita tributária oriunda das atividades turísticas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com uma média de 30 empregos gerados na variável de hospedagem e com maior fluxo no mês de dezembro.

Diante do exposto, a figura governamental desempenha papel essencial para o desenvolvimento do turismo, cabendo a gestão local usufruir dos diversos incentivos disponibilizados pela Política Nacional de Turismo para o fomento do setor, além de investir esforços no planejamento e elaboração de projetos, programas e ações voltados a este. Por fim, vale citar o apontado por Muller et al. (2011):

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos, a participação do governo municipal é fundamental, uma vez que este será o responsável pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento do plano, além dos subsídios para que a população se envolva no projeto com a instalação de hotéis, restaurantes, revitalização do comércio, entretenimentos e que possam participar de treinamentos para uma boa recepção dos futuros visitantes.

4.2 ANÁLISE SWOT

A administração dispõe de diversos métodos, técnicas e ferramentas que auxiliam os gestores a organizar e planejar estrategicamente suas ações e tomadas de decisões, como é o caso da Matriz “SWOT”, também chamada de “FOFA” ao ser traduzida para o português. As siglas significam: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Geralmente, os pontos fortes e fracos têm sua origem de dentro da própria empresa, enquanto as oportunidades e as ameaças, são fatores de influência externa. É utilizada de várias maneiras, especialmente como um “autoconhecimento”, pois permite uma análise visual e geral do negócio, orientando para a definição de um plano de ação, estratégia etc. (NAKAGAWA, 2023).

Nakagawa (2023) salienta ainda que, após o preenchimento e análise do exposto, é necessário pensar em ações para aproveitar as forças e oportunidades do negócio, bem como, melhorar suas fraquezas e mitigar as ameaças em potencial.

Posto isso, foi possível realizar uma análise SWOT com relação aos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do turismo na cidade de Clevelândia – PR, conforme ilustrado na Figura 03.

Figura 03 – Análise SWOT do Turismo em Clevelândia – PR.



FONTE: a pesquisadora

Detalhadamente, a partir da matriz, observou-se que: com relação às forças do município, tem-se abundantes atrativos naturais, como a Área de Preservação Ambiental dos Parques Naturais Municipais (Antônio Sansão Pacheco, Tamarino de Ávila e Silva e Mozart Rocha Loures); as cachoeiras (Rio Chopim e São Francisco, além várias outras em propriedades particulares); as nascentes onde o monge João Maria passou; trilhas em meio a mata que dão acesso a todas essas belezas; o Parque de Exposições e praças de lazer que possuem uma infraestrutura excelente; a rica história do município e dos povos originários que residem no local. Além de dispor de mão de obra e promoção da educação ambiental nas séries iniciais das escolas do município que já participam de palestras e visitas aos PNM.

Em contraponto, o município é assolado pelas fraquezas de recursos financeiros para implementar quaisquer melhorias de infraestrutura necessárias para receber turistas como, por exemplo, realizar a conectividade aos Parques Naturais Municipais por meio de pavimentação, pois apesar de existir um incentivo governamental inicial, não é inteligente ficar refém de tal e requer de um capital considerável na fase inicial. Ainda não há legislação própria do município que trate acerca das políticas voltadas ao turismo, dificultando na regulamentação, organização, controle e fiscalização de planos de ação.

Apesar de dispor de mão de obra, essas não são qualificadas para o turismo, demandando de treinamento e capacitação para as atividades próprias de turismo (como guias turísticos), o que reflete, inclusive, no quesito de consciência ambiental da sociedade clevelandense, a qual possui uma de suas maiores atividades econômicas pautadas na indústria de transformação, em específico, no setor madeireiro, conseqüentemente, haverá um desafio para transmitir informações/visibilidade de alcance positivo em meio a população, no sentido de reforçar a importância ambiental e que a inserção desse novo ramo não afeta negativamente seu emprego. Pelo contrário, a OMT, citado por Muller et al. (2011):

O turismo pode ser o fator que acelera as mudanças sociais positivas na comunidade, em termos de maior tolerância e bem-estar. O efeito demonstrado pode ser benéfico quando entusiasmo os moradores a lutar e/ou trabalhar por coisas que necessitam, isto é, melhorar a qualidade de vida ou o valor de igualdade. Por exemplo, o emprego proporcionado pela atividade turística tem permitido maior mobilidade na escala social em comunidades muito hierarquizadas... o turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística. Esse despertar cultural pode constituir uma experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade, que, por sua vez, pode evidenciar aspectos que potencializem o atrativo turístico do lugar.

Externamente, o turismo pode sofrer algumas ameaças como, a possível falta de investimento/incentivo, tanto público quanto privado, que pode levar ao “esquecimento, abandono” das ações voltadas a esse setor. Levando em consideração que esse ramo não é imediatista como uma indústria/comércio tradicional, trata-se de algo a longo prazo, ou seja, a possibilidade do retorno do valor investido pode ser demorada, demandando de envolvimento conjunto e permanente de esforços da sociedade, empresários e governo para manter viável o empreendimento e não entrar

em estagnação. Para isso, é de suma importância a compreensão dos estágios do ciclo de vida do turismo para saber “qual o próximo passo”, os quais são definidos por Butler (1980 apud SCÓTOLO et al., 2014) como:

Primeiramente, um estágio de exploração da localidade. Nesse estágio o futuro destino não possui infraestrutura específica ao atendimento dos viajantes que, em pequenos números, não alteram o ambiente físico e social e geram pouca ou nenhuma importância econômica para a localidade. O segundo estágio apresentado por Butler (1980) é chamado de engajamento ou envolvimento, pois é nesse momento que surgem algumas facilidades aos viajantes e se inicia o processo de difusão do local. O estágio seguinte é o de desenvolvimento. Segundo o autor (1980) o mercado local, por meio de propaganda feita em centros emissores de turistas, divulga produtos e serviços destinados a atender a crescente demanda e, assim, a localidade se define como um destino turístico. Nessa fase é comum que o número de turistas exceda o número de habitantes do local. O quarto estágio é o de consolidação, caracterizado pela diminuição do crescimento do número de turistas e da manutenção e estabilidade do número absoluto de visitantes – que ainda é maior do que o número de habitantes. Butler (1980) aponta o quinto estágio como uma fase de estagnação caracterizada pela percepção dos problemas (ambientais, sociais e econômicos) relacionados ao elevado número de turistas em relação aos recursos disponíveis no local. Para o autor, os problemas criados pelo turismo afastam os turistas, fazendo com que o destino “saia da moda”. A partir do estágio de estagnação, o destino pode seguir dois caminhos: declinar ou rejuvenescer.

Além de outros desafios como, pandemias e endemias que causam impactos significativos nesse âmbito. Por fim, as condições climáticas, haja vista que, por exemplo, o acesso aos PNM ficam com a acessibilidade restrita em condições de chuva, em virtude da segurança e dificuldade de acesso.

Apesar disso, inúmeras são as oportunidades dessa área no município, como é o caso das políticas públicas, isso porque são disponibilizados diversos incentivos, por parte do MTur e demais órgãos do Estado, para projetos e planos de ação voltados ao turismo municipal e regional, conforme foi exemplificado no tópico anterior, o que torna-se ideal para iniciar essa atividade econômica. Outrossim, parcerias intermunicipais e público-privada são viáveis, já que em ambos os casos haverá beneficiamento mútuo, tanto no que se refere a mão de obra empregada, quanto o retorno de investimento e valorização do patrimônio e comércio dos participantes. Em sequência, um composto de fomento local, gerando renda aos serviços em andamento, assim como, abertura para a criação de novos postos de trabalho.

No exposto até aqui, partindo do pressuposto que tem-se maiores pontos positivos do que negativos, é válido expor o escrito por Rabahy (2019), no que concerne aos principais benefícios proporcionados pelo turismo:

O turismo pode ser considerado uma importante atividade econômica, capaz de impulsionar o crescimento de algumas regiões que apresentem condições para a sua propagação. Entre os benefícios que podem ser gerados por esta atividade destacam-se os de contribuir para a redução das desigualdades regionais e pessoais de renda, para a geração de divisas e para a criação de empregos. Neste aspecto em particular, por se constituir preponderantemente numa atividade do setor serviços, que notadamente utiliza mão-de-obra de forma intensiva, o potencial gerador de empregos do turismo é muito relevante, sendo, também por isso, a base do crescimento da economia de regiões ou mesmo países.

4.3 PLANO DE AÇÃO

4.3.1 Ecoturismo

Compreende-se que Clevelândia dispõe de belezas naturais, culturais e históricas suficientes para compor a rota de turistas. Além disso, em questões burocráticas ingressou no Mapa do Turismo Brasileiro, restando agora fomentar essa atividade em sociedade e na economia. Pensando nisso e na iminente pauta global, referente aos quesitos da Agenda 2030, como dito introdutoriamente, este estudo propõe um itinerário para os futuros turistas e explora diversas estratégias para promover o turismo na região, tais como, a proposta de um turismo alternativo com a inclusão dos PNM como ponto turístico sustentável, aliado à cultura e outras partes atrativas em potencial na cidade como, cachoeiras e praças de lazer.

Nos PNM já são realizadas atividades recorrentes, concordante com os Planos de Manejo de cada um, como palestras, manutenção de trilhas utilizadas em visitas educativas, distribuição de cartilhas informativas sobre UC's, fiscalização, entre outros. Nesse pressuposto, considerou-se uma maneira sustentável de acrescentar, intensificar e expandir o relacionamento com os PNM não somente da população local, mas regional, nacional e, até mesmo internacional.

Apesar de existirem diversas alternativas possíveis de turismo no município, algumas idealizações preliminares, para um futuro planejamento estratégico de desenvolvimento turístico, estão representadas na Figura 04 e englobam três formas de turismo sustentável: ecológico, religioso e cultural. Ao perscrutar os planos que compreendem os PNM, localizou-se algumas sugestões de potenciais atividades a

serem desenvolvidas no parque Mozart Rocha Loures, sendo listada no plano as seguintes: Casa de pesquisa (ou do pesquisador) e ciclismo ecológico.

Reitera-se desde já que, no ato da implementação de quaisquer ideias deve-se seguir as orientações do manual denominado “Roteiro Metodológico Para Manejo de Impactos de Visitação”, publicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como, as diretrizes dispostas nos Planos de Manejo.

Figura 04 – Sugestão de Plano Turístico em Clevelândia – PR.

ANTÔNIO SANSÃO PACHECO	INICIATIVA RESTOR	-	-
MOZART ROCHA LOURES	CASA DE PESQUISA	CICLISMO OU CAMINHADA NA MATA	PIQUENIQUE BEIRA RIO CHOPIM
TAMARINO DE ÁVILA E SILVA	MUSEU 1	CAMINHADA ECOLÓGICA	-
ROTA MONGE	MUSEU 2	TRILHA NA MATA	NASCENTES
OUTROS PONTOS	MATRIZ E FEIRA	EAPI E PRAÇAS	ACAMPAMENTO NA CACHOEIRA

FONTE: a pesquisadora

Detalhadamente, o Plano Turístico sugere o seguinte: o PNM Antônio Sansão Pacheco, é uma área íntegra, extremamente preservada, possuindo sua vegetação densa e fechada, o que torna difícil seu acesso até mesmo para estudos de manejo, portanto, não é recomendável a visita de turistas. Nesse sentido, uma alternativa viável para conhecer e aproximar-se desse parque, seria através da ferramenta “Restor¹”,

¹ Mais informações disponível em: <https://restor.eco/pt/sites/c73b2118-d75a-4ff9-b3dc-01c35d5c5ff2/?lat=-26.301759434620916&lng=-52.27468203000001&zoom=14>.

uma plataforma digital, já disponibilizada no site da FAMA, onde é possível acessar diversas regiões e obter dados em tempo real sobre estocagem de carbono, estimativa de espécies vegetais, anfíbios, aves, animais, profundidade do lençol freático, entre várias outras informações.

Diferentemente do anterior, o PNM Mozart Rocha Loures é o maior dos três parques em questão de extensão e com pouca degradação, com o diferencial atrativo de dispor de belíssimas paisagens como o Rio Chopim e uma cachoeira em seu interior. É o principal local de levantamento de dados de manejo. Nesse sentido, a construção de um ambiente para estudos da unidade seria ideal, um local destinado à pesquisadores para que pudessem melhor equipar-se para coletas de dados, não havendo necessidade de deslocar-se por um longo período com inúmeros equipamentos, pois seria disponibilizado pela “Casa de pesquisa” ou “Casa do pesquisador”, conforme sugerido no plano de manejo publicado no site da FAMA. Outrossim, uma caminhada guiada passando pela cachoeira ou até mesmo um circuito de ciclismo em trilhas delimitadas, são atividades que podem ser desempenhadas no Mozart e, por fim, um piquenique beira Rio Chopim para apreciar o cenário natural deslumbrante.

O PNM Tamarino de Ávila e Silva é uma área peculiar, visto que foi mantido como aterro sanitário por muitos anos. Atualmente conta com ações em prol de sua restauração. Desse modo, sugere-se a construção de um museu com a finalidade de trazer a história de cada um dos parques, da FAMA, dos feitos realizados e/ou encontrados em cada coleta de dados, juntamente com uma exposição dos trabalhos relevantes desenvolvidos por professores e acadêmicos da faculdade, entre outros. Em complemento, uma caminhada ecológica pelo local com um roteiro de conscientização ambiental.

A criação de um segundo museu, direcionado a resgatar o patrimônio histórico da cidade que possui sua identidade marcada por diferentes povos, comunidades originárias, lendas e tradições que acabaram sendo deixadas de lado com o tempo, mas que podem e devem ser resgatadas. Um exemplo marcante para a população, que faz parte da história do município, é a figura do Monge João Maria, podendo ser trazida à memória a partir de uma trilha em meio às matas que passam pelas várias nascentes, fontes e “olhos D’água”, que João Maria esteve.

Por fim, é importante a valorização dos espaços físicos que a cidade já dispõe, tais como Igreja Matriz Nossa Senhora da Luz, feira livre, praça central, pracinha São

Sebastião e Parque de Exposições (EAPI), pois já possuem estruturação suficientes para serem inclusos como atrativos turísticos. Ainda, a cidade contempla muitas cachoeiras, principalmente em propriedades particulares, sendo plausível uma parceria público-privada para visitação e acampamento nesses locais.

Salienta-se que tais sugestões não demandam de alteração na categoria de preservação dos Parques, tendo em vista que são atividades minimamente invasivas, mantendo o comprometimento dos últimos anos com a preservação dos parques. Assim, muito em breve os valores de ICMS-Ecológico irão alcançar o teto máximo de repasse, o que é excelente para o município, especialmente para a FAMA.

4.3.2 Das disposições legais vigentes

A política pública é o caminho que o Estado possui para estabelecer uma estrutura na qual são estabelecidas um conjunto de ações, orientadas a tomada de decisão que afeta a coletividade, visando atender suas necessidades de maneira organizada e planejada, como é o caso do turismo que diz respeito ao bem comum de toda a sociedade (MULLER et al., 2011). A política de turismo é entendida como:

o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. (BENI, 2006 apud MULLER et al., 2011).

O plano de ação, apesar de ainda ser uma ideia, já possui legislação que o ampara. A Lei Municipal nº 2.686/2019 dispõe acerca do Plano Diretor como instrumento orientador e normativo dos processos referentes ao município nos aspectos políticos, socioeconômicos, físico-ambientais e administrativos.

O Art. 3º dessa Lei, traz os princípios gerais e fundamentais do plano, destes podemos citar os incisos III, IV e IX:

III - garantia do direito ao espaço urbano e rural e à infraestrutura de que dispõe ou de que venham a dispor, como requisito básico ao pleno desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas dos municípios; IV - garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no território como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano; IX - garantir a preservação e a proteção do meio ambiente.

No título II, acerca das políticas públicas, no capítulo I sobre a promoção humana e da qualidade de vida, podemos mencionar o Art. 6º, art. 10 e inciso IV do Art. 15:

Art. 6º. É objetivo do desenvolvimento humano e qualidade de vida, combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando a garantia de bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação. Art. 10. São diretrizes do desenvolvimento humano e qualidade de vida, a integração de programas e projetos específicos, vinculados às políticas da área social, como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social e à diminuição das desigualdades Art. 15, IV - promover iniciativas de cooperação com agentes sociais, organizações governamentais e não governamentais e instituições de ensino e pesquisa para a contínua melhoria da qualidade das políticas sociais

Além desses amparos legais supracitados, pode-se referenciar alguns outros do mesmo Plano que servem como base legal para a implementação do Plano de Ação abordado, são estes: Seção I Do trabalho, emprego e renda, inciso VII do Art.16; Seção V Da Política de Cultura, Art. 27 em sua íntegra; Capítulo III Da Política Ambiental, incisos II, IV, V, VI, VII do Art. 62.

Mais recente, foi instituído o Programa de Desenvolvimento Econômico de Clevelândia (PRODEC), que menciona o turismo como um de seus objetivos atrelado a outros objetivos que, de certo modo são consequências do turismo:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Econômico de Clevelândia - PRODEC, tendo como objetivos: I - Atrair novos investimentos no Município; II - Fomentar a expansão dos empreendimentos já existentes; III - Promover a geração de emprego, renda e tributos. Parágrafo único. O Programa concederá incentivos tanto para a instalação de novos empreendimentos quanto para expansão dos já existentes, localizados ou não nos distritos industriais. Art. 2º O Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Clevelândia visará os seguintes setores: I - Indústria; II - Comércio; III - Prestação de Serviços; IV - Agropecuária; V - Agroindustrial; VI - Turismo.

4.4 ANÁLISE FINANCEIRA

A Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017 estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa de Turismo e respectivas Ações Orçamentárias. Disponibiliza, por exemplo, aporte de recursos à obras e

projetos executivos de infraestrutura turística para todas as categorias do mapa, ideal para iniciação das atividades turísticas de Clevelândia.

Nessa mesma linha de custeio financeiro do Poder Público, conforme Portal da Transparência da União, o MTur repassou à Ametista do Sul – RS cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para construção e revitalização de espaços. Outro comparativo, mais próximo de Clevelândia, é a cidade de Capitão Leônidas Marques – PR, com pouco menos de 16.000 (dezesesseis mil) habitantes, recebeu mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para apoio de projetos de implementação, construção e revitalização.

Dados divulgados pela Agência de notícias do IBGE, em julho de 2022, estimam que o valor médio diário per capita por viajante é de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais), sendo que esse valor aumenta para um gasto médio total com pernoite para R\$ 1.331,00 (mil trezentos e trinta e um reais). Ainda, o valor maior está no gasto médio em hospedagem com R\$ 1.292,00 (mil duzentos e noventa e dois reais), seguido de alimentação com R\$ 501,00 (quinhentos e um reais) e transporte com R\$ 442,00 (quatrocentos e quarenta e dois reais).

A partir destes números, foi possível elaborar uma projeção cautelosa dos possíveis valores gastos por turistas em Clevelândia (Tabela 05), bem como, de retorno de investimento (Tabela 06) se considerado o capital de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Algumas observações a serem levadas em consideração ao analisar as tabelas supracitadas: os valores são fictícios e não compreendem nenhuma variável de mercado, despesas, gastos ou custos, não considera os valores de ICMS-Ecológico, nem mesmo os possíveis consumos em outros estabelecimentos comerciais do município, tais como em lojas (lembrancinhas, confecções, produtos da feira, entre outros), não engloba possíveis valores de ingressos de visitação e outros componentes alusivos ao turismo. Os cálculos foram realizados apenas para dar uma dimensão visual acerca da amplitude econômica que compreende o setor do turismo.

Tabela 05 – Estimativa de gastos por turistas em Clevelândia

Projeção de Gastos com Turismo				
	Gasto	Nº Turista/ano	Total Bruto Anual	Total Bruto Mensal
Per capita por dia	R\$ 204,00	6.500	R\$ 1.326.000,00	R\$ 110.500,00
Total per Noite	R\$ 1.331,00	6.500	R\$ 8.651.500,00	R\$ 720.958,34
Per capita por dia	R\$ 204,00	1.500	R\$ 306.000,00	R\$ 25.500,00
Total per Noite	R\$ 1.331,00	1.500	R\$ 1.996.500,00	R\$ 166.375,00

FONTE: a pesquisadora.

Na tabela 05, para o número de turistas inicialmente, considerou-se o fornecido pelo SISMapa (explicado no tópico 4.1) e na sequência foi utilizado uma quantidade menor (1.500), escolhida aleatoriamente para melhor análise comparativa. Para a Tabela 06 (continuação a seguir), optou-se por projetar o retorno com base no menor valor mensal (R\$ 25.500,00), pois a estimativa é que no início a tendência de retorno seja baixa. Os valores em vermelho referem-se aos acumulados a partir do investimento, aos recebidos, mas que ainda não suprem o valor investido inicialmente, deixando de ser negativo após o vigésimo nono mês, onde no seguinte o saldo já começa a ser positivo com R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e sucessivamente nos demais meses.

Tabela 06 – Estimativa de Retorno de Investimento

Projeção de Retorno de Investimento		
Mês	Fluxo Mensal	Acumulado
0	R\$ 1.000.000,00	-R\$ 1.000.000,00
01	R\$ 25.500,00	-R\$ 974.500,00
02	R\$ 25.500,00	-R\$ 949.000,00
03	R\$ 25.500,00	-R\$ 923.500,00
04	R\$ 25.500,00	-R\$ 898.000,00
05	R\$ 25.500,00	-R\$ 872.500,00
06	R\$ 25.500,00	-R\$ 847.000,00
07	R\$ 25.500,00	-R\$ 821.500,00
08	R\$ 25.500,00	-R\$ 796.000,00
09	R\$ 25.500,00	-R\$ 770.500,00
10	R\$ 25.500,00	-R\$ 745.000,00
11	R\$ 25.500,00	-R\$ 719.500,00
12	R\$ 25.500,00	-R\$ 694.000,00
13	R\$ 25.500,00	-R\$ 668.500,00
14	R\$ 25.500,00	-R\$ 643.000,00
15	R\$ 25.500,00	-R\$ 617.500,00
16	R\$ 25.500,00	-R\$ 592.000,00
17	R\$ 25.500,00	-R\$ 566.500,00
18	R\$ 25.500,00	-R\$ 541.000,00
19	R\$ 25.500,00	-R\$ 515.500,00
20	R\$ 25.500,00	-R\$ 490.000,00
21	R\$ 25.500,00	-R\$ 464.500,00
22	R\$ 25.500,00	-R\$ 439.000,00
23	R\$ 25.500,00	-R\$ 413.500,00
24	R\$ 25.500,00	-R\$ 388.000,00
25	R\$ 25.500,00	-R\$ 362.500,00
26	R\$ 25.500,00	-R\$ 337.000,00
27	R\$ 25.500,00	-R\$ 311.500,00

Tabela 06 – Estimativa de Retorno de Investimento

Projeção de Retorno de Investimento		
Mês	Fluxo Mensal	Acumulado
28	R\$ 25.500,00	-R\$ 286.000,00
29	R\$ 25.500,00	-R\$ 260.500,00
30	R\$ 25.500,00	-R\$ 235.000,00
31	R\$ 25.500,00	-R\$ 209.500,00
32	R\$ 25.500,00	-R\$ 184.000,00
33	R\$ 25.500,00	-R\$ 158.500,00
34	R\$ 25.500,00	-R\$ 133.000,00
35	R\$ 25.500,00	-R\$ 107.500,00
36	R\$ 25.500,00	-R\$ 82.000,00
37	R\$ 25.500,00	-R\$ 56.500,00
38	R\$ 25.500,00	-R\$ 31.000,00
39	R\$ 25.500,00	-R\$ 5.500,00
40	R\$ 25.500,00	R\$ 20.000,00
41	R\$ 25.500,00	R\$ 45.500,00

FONTE: a pesquisadora.

A Tabela 07 traz o resultado da leitura da descrição da tabela 06.

Tabela 07 – Resultado da Projeção de Retorno de Investimento

Resultado da Projeção	
Investimento	R\$ 1.000.000,00
Lucro mensal	R\$ 25.500,00
Lucro Anual	R\$ 306.000,00
TIR mês	1%
TIR anual	13%
PAYBACK	39

FONTE: a pesquisadora.

Considerando um investimento inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), admitindo para o cálculo hipotético um lucro fixo de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) ao mês, soma-se R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil) ano. Com uma Taxa Interna de Retorno (TIR) ao mês de 1% e ao ano de 13%, alcançando o PAYBACK (indicador financeiro que representa em quanto tempo o investimento inicial passará a dar lucro) no trigésimo nono mês, momento em que o capital investido inicialmente é “zerado”, “quitado”, passando a gerar um saldo positivo de retorno. Em outras palavras, o retorno financeiro à Clevelândia, a partir de um investimento de R\$ 1.000.000,00 no turismo poderá ser de R\$ 20.000,00 a partir do 39º mês, acrescido do valor de ICMS-Ecológico dos PNM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível considerar que Clevelândia possui um enorme potencial turístico, com atrativo natural, religioso, além de uma rica história cultural que precisa ser retomada, lembrada e valorizada. É possível afirmar que a sociedade clevelandense pode ter seu desenvolvimento econômico impulsionado pelo turismo, além deste ser uma alternativa complementar para a economia já existente, gerando novos empregos e fomentando o comércio local.

Ao investir no ramo turístico, inúmeros serão os benefícios proporcionados: os índices de renda aumentarão, tanto os advindos internamente, quanto externamente, já que muitos irão “turistar” por Clevelândia. Além de que a criação de um novo setor desencadeia a criação de outros mais como, por exemplo, de transporte, alojamentos, hotelaria e alimentação. Inicialmente, teríamos os seguintes pontos na economia da cidade: novos postos de trabalho; novos empregos; aumento do repasse do ICMS-Ecológico; consumo de turistas. Ademais, essa atitude de implementação do ecoturismo, assim como, do turismo cultural e religioso, contribuiria ao cumprimento dos ODS da Agenda 2030, auxiliando na conscientização ambiental. Em contraponto, o turismo encontra seus desafios, especialmente pela falta de investimento e aceitação da sociedade, correndo o risco de estagnar, levando em consideração que esse ramo não é imediatista como uma indústria/comércio tradicional, trata-se de algo a longo prazo, ou seja, a possibilidade do retorno do valor investido pode ser demorada, o que na maior parte dos casos não é compreendido, principalmente, pela comunidade local.

Para tanto, é indispensável uma ação conjunta entre o poder público, iniciativa privada e sociedade para um planejamento e gestão eficiente, eficaz e consciente dos recursos turísticos disponíveis. Com a grande vantagem de compor o quadro do Mapa do Turismo Brasileiro, que disponibiliza de inúmeras políticas de incentivos para projetos, programas e ações voltadas ao turismo local, permitindo que seja feita a estruturação dos destinos turísticos. Nessa mesma linha, não somente é possível, como é necessário a criação de política pública voltada à promoção do turismo, pois trata-se de uma ação que afeta toda a população clevelandense.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Brasil.un.org**, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

Análise de indicadores. **Paineis.turismo.gov.br**, 2023. Disponível em: <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6114ffd5-73b7-4bd6-9361-f3c1e68ed6d2/sheet/45309610-8f0c-404d-8136-6c06324dfe34/state/analysis>. Acesso em 04 de novembro de 2023.

BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. **Books.google.com.br**, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9HeADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=turismo&ots=05bissHZ1t&sig=ggCmM4vhcpcjJAiMvwfjzA64Jal#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 29 de outubro 2023.

BRASIL. Lei nº 2.686/2019. Institui a revisão do plano diretor municipal - pdm-clevelândia, nos termos que dispõe o artigo 182 da constituição federal, o estatuto da cidade- lei federal nº 10.257/01. a lei orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.clevelandia.pr.leg.br/leis/legislacao-municipal/2019#:~:text=LEI%20MUNICIPAL%20N%C2%B02.689%2F2019%20DISP%C3%95E%20SOBRE%20DIRETRIZES%20DE,CLEVEL%20NDIA%20E%20%20OUTRAS%20PROVID%20ANCIAAS>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 2.833/2023. Cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Clevelândia - PRODEC, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/clevelandia/lei-ordinaria/2023/284/2833/lei-ordinaria-n-2833-2023-cria-o-programa-de-desenvolvimento-economico-de-clevelandia-prodec-o-conselho-municipal-de-desenvolvimento-economico-e-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-economico?q=TURISMO>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em 21 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.885 de 18 de julho de 2000. Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9885.htm. Acesso em 29 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.771 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em 29 de setembro de 2023.

BRASIL. Portaria nº 424, de 30 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/prt-424-16-m.planejamento.htm. Acesso em 03 de novembro de 2023.

BRASIL. Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2017/portaria-no-39-de-10-de-marco-de-2017>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

BRASIL. Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/Consolidada%20-%20Portaria%20Mapa%2026-11-21.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: a migração dos descendentes de italianos no município de Francisco Beltrão – Paraná. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**, 2012. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1210>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

CAMPOS, S. S. Segmentação Turística e o Mercado. **Proedu.rnp.br**, 2016. Disponível em: https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/606/Aula_02_Pdf_Plataforma.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 29 de outubro 2023.

Clevelândia Paraná. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34057&view=detalhes>. Acesso em 26 de outubro de 2023.

Consultar o Mapa do Turismo brasileiro. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em 29 de outubro 2023.

COSTA, R. As 11 cidades do Paraná com maior vocação turística, segundo ministério. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/mapa-to-turismo-no-pr/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

De 2020 para 2021, gastos com turismo caem de R\$ 11,0 bilhões para R\$ 9,8 bilhões. **Agência IBGE Notícias**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34228-de-2020-para-2021-gastos-com-turismo-caem-de-r-11-0-bilhoes-para-r-9-8-bilhoes#:~:text=Em%202019%2C%20foram%20realizados%20,11%2C0%20bilh%C3%B5es%20em%202020>. Acesso em 08 de novembro 2023.

Detalhamento Convênios e Outros Acordos. **Portal da transparência**, 2023. Disponível em:

<https://portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?paginacaoSimples=true&ta manhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&orgaos=OS54000&nomeMunicipio =Ametista+do+sul&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CnumeroConvenio%2 Cuf%2CmunicipioConveniente%2Csituacao%2CtipoTransferencia%2Cobjetivo%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Cconcedente%2Cconveniente%2CdataInicioVigencia%2C dataFimVigencia%2CvalorLiberado%2CvalorCelebrado&ordenarPor=orgaoSuperior &direcao=asc>. Acesso em 08 de novembro de 2023.

DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]**, 2023. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>. Acesso em 06 de novembro de 2023.

Estado assina protocolo de intenções para potencializar as 19 Instâncias de Governança Turística. **Agência Estadual de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-assina-protocolo-de-intencoes-para-potencializar-19-Instancias-de-Governanca#:~:text=IGR%20%E2%80%93%20As%20Inst%C3%A2ncias%20de%20Governan%C3%A7a,de%20Desenvolvimento%20do%20Turismo%20Regional>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente - FAMA. **Famapr.edu**, 2023. Disponível em: <https://famapr.edu.br/gestao-dos-parques-ambientais/>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. M. et. al. Políticas Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Periodicos.unipe.br**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>. Acesso em 21 de outubro 2023 às 18 horas e 29 minutos.

Instituto Água e Terra (IAT). ICMS Ecológico por Biodiversidade. **IAT**, 2023. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/ICMS-Ecologico-por-Biodiversidade>. Acesso em 30 de outubro 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados IBGE de Clevelândia – PR. **Cidades.ibge.gov.br**, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/clevelandia/panorama>. Acesso em 29 de junho de 2023.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Caderno estatístico Município de Clevelândia. **ipardes.gov.br**, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85530>. Acesso em 29 de junho de 2022.

LAKATOS, M. E; MARCONI, A. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, M. E; MARCONI, A. M. **Metodologia Científica**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, M. E; MARCONI, A. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

LEVIS, C. et al. Efeitos persistentes da domesticação de plantas pré-colombianas na composição da floresta amazônica. **Science.org**, 2017. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aal0157>. Acesso em 02 de novembro de 2023.

LOPES, N. R. E. et al. Turismo e Recursos Naturais: o lugar das Unidades de Conservação no Ecoturismo. **Sustenere.co**, 2014. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/nature/article/view/SPC23182881.2014.001.0004/543>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

MACEDO, G.V.R. **LEI Nº 15.335 de 22 de novembro de 2018**. Autoriza o Município de Curitiba a integrar a Associação Internacional de Cidades Educadoras - AICE. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2018/1533/15335/lei-ordinaria-n-15335-2018-autoriza-o-municipio-de-curitiba-a-integrar-a-associacao-internacional-de-cidades-educadoras-aice>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

MAI – Museu de Arte Indígena. **Galeriamacunaima**, 2023. Disponível em: <https://galeriamacunaima.com.br/mai-museu-de-arte-indigena/#:~:text=O%20MAI%20%2D%20Museu%20de%20Arte,visitantes%20uma%20verdadeira%20imers%C3%A3o%20cultural>. Acesso em 05 de Novembro de 2023.

Mapa do turismo. **Mapa do Turismo**, 2023. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

MARQUES, F. C. et al. **Pagamento por serviços Ambientais: uma análise do ICMS Ecológico nos Estados Brasileiros**, 2017. [file:///C:/Users/Raul/Downloads/727-Texto%20do%20Artigo-3565-1-10-20180110%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Raul/Downloads/727-Texto%20do%20Artigo-3565-1-10-20180110%20(1).pdf). Acesso em 30 de outubro 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. **Regionalizacao.Turismo.gov.br**, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf. Acesso em 04 de novembro de 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Ecoturismo: orientações básicas. **Gov.br**, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Regionalizacao.Turismo.gov.br**, 2017. Estratégias de Atuação. Disponível em:

http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=261. Acesso em 03 de fevereiro de 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Módulo Operacional 3 Institucionalização da Instância de Governança Regional. **Regionalizacao.Turismo.gov.br**, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Programa de regionalização do turismo. **Regionalizacao.Turismo.gov.br**, 2019. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Catgorizacao_2019.pdf. Acesso em 29 de outubro de 2023.

MULLER, L. R. et al. Planejamento e Organização do Turismo. **Uniasselvi**, 2011. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13452>. Acesso em 07 de novembro de 2023.

MURANETTO, F. L. et al. Um estudo sobre as características do Método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Redalyc.org**, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273428927002.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2023.

Museu Grover Cleveland. **Mapas Cultura**, 2017. Disponível em: <https://mapas.cultura.gov.br/espaco/6172/>. Acesso em 05 de novembro de 2023

NAKAGAWA, M. Ferramenta: Análise Swot (clássico). **Sebrae**, 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF. Acesso em 31 de outubro de 2023.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]. **Dge.mec.pt**, 2023. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>. Acesso em 06 de novembro de 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 da ONU: você conhece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? **Trt7.jus.br**, 2021. Disponível em: https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4484&catid=152&Itemid=885. Acesso em 27 de outubro de 2023.

PARANÁ TURISMO (PRTUR) Paraná - estudo estatístico 20 anos de turismo. **Paranaturismo**, 2014. Disponível em: https://www.paranaturismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/parana_estudo_estatistico_20_anos_turismo.pdf. Acesso em 30 de outubro de 2023.

PEREIRA, M. Paraná no Mapa do Turismo Brasileiro. **Nuestraamerica**, 2022. Disponível em: <https://nuestraamerica.com.br/parana-no-mapa-do-turismo-brasileiro/>. Acesso em 29 de outubro 2023.

PÉREZ, P. X. Turismo cultural: uma visão antropológica. **Pasosonline.org**, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

PERONDI, A. M. et al. Onde está o Índio Kaingang no sudoeste do Paraná? **Saber.unioeste**, 2018. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/13088>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

PIRES, S. P. A dimensão conceitual do Ecoturismo. **Periódicos Univali**, 1998. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1392>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Mozart Rocha Loures Unidade de Conservação de Proteção Integral. **Famapr.edu.br**, 2021. Disponível em: <https://famapr.edu.br/wp-content/uploads/Plano-de-Manejo-Mozart-Rocha-Loures-.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2023.

PRANDI, J. O que fazer em Ametista do Sul RS. **Viagens e caminhos**, 2023. Disponível em: <https://www.viagensecaminhos.com/2021/02/ametista-do-sul.html>. Acessado em 29 de outubro de 2023.

Produto Interno Bruto dos Municípios. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=4105706>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

Qualificação no turismo. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/qualificacao>. Acesso em 28 de outubro 2023.

RABAHY, A. W. Análise de Perspectivas do Turismo no Brasil. **SciELO**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbtur/a/9BTf68LkqpcdDDsKFvNxYSs/?lang=pt#>. Acesso em 28 de outubro de 2023.

REICHERT, H. et al. Clevelândia – PR. **Caravela.info**, 2023. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/clevel%C3%A2ndia---pr>. Acesso em 07 de novembro de 2023.

RUGGIERO, C. G. P. et al. A transferência fiscal intergovernamental brasileira para a conservação: um programa de incentivo bem-sucedido, mas autolimitado. **Sciencedirect**, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800921002780>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

SANTOS, D. G. Plano de Manejo Parque Natural Municipal Mozart Rocha Loures. **FAMA**, 2021. Disponível em: <https://famapr.edu.br/wp-content/uploads/Plano-de-Manejo-Mozart-Rocha-Loures.pdf>. Acessado em 24 de setembro de 2023.

SCÓTOLO, D. et al. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Dialnet**, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5313063>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

SOUSA, S. A. et al. A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Revistas.fucamp**, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em 01 de setembro de 2023.

Território brasileiro e povoamento. **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento.html>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

Trabalho Decente e Crescimento econômico. **Ufmg**, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/trabalho-decente-e-crescimento-economico/>. Acesso em 27 de outubro de 2023.

Vamos restaurar a natureza juntos. **Restor**, 2023. <https://restor.eco/pt/sites/c73b2118-d75a-4ff9-b3dc-01c35d5c5ff2/?lat=-26.301759434620916&lng=-52.27468203000001&zoom=14>. Acesso em 07 de novembro de 2023.